

## **Unidade e diversidade na Península Ibérica – balanço de um debate**

Fuzeta da Ponte\*

Importantes negociações estão a decorrer entre a Aliança Atlântica e a Espanha com o objectivo de estabelecer formas de cooperação das suas forças armadas, depois de o referendo de 12 de Março de 1986 ter concluído pela não participação espanhola na estrutura militar integrada da NATO.

Decorrem igualmente encontros bilaterais entre os Estados Unidos e a Espanha no sentido de renegociar o convénio de amizade, defesa e cooperação de 1982, originado pelo Pacto de Madrid em 1953.

Nada está decidido em qualquer destas frentes, mas pode dizer-se que, no momento actual, a política externa e de defesa de Espanha atravessa uma fase de incerteza no concerto internacional.

Este trabalho tem em consideração esta situação conjuntural e pretende constituir mais um contributo para a criação do indispensável consenso entre os aliados, que evite radicalização de posições ou incompreensões, das quais podem resultar impasses indesejáveis para a segurança do Ocidente.

Desde há uns anos a esta parte, têm vindo a processar-se encontros regulares entre o Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE) e o Instituto de Estudios Estratégicos e Internacionais (IEEI), nos quais o tema em apreço tem sido abordado, total ou parcialmente. Assim, este trabalho resulta da pesquisa dos documentos disponíveis dessas reuniões, desde 1982, por forma a encontrar – quer da parte portuguesa, quer da parte espanhola – pontos de mútuo acordo em matéria de participação de defesa.

O Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, Fernández Ordóñez, no comentário de abertura do número um da revista *Estratégia*, referindo-se às relações entre portugueses e espanhóis, diz: «Por encima de lo que nos separa, hay miles de pequenas y grandes cosas que nos unen. De la forma en que resolvamos nuestra contribución a la construcción de una Europa más unida dependerán también los avances en la relación bilateral que si hoy no es mala puede – y, en mi opinión, debe – ser mucho mejor».<sup>1</sup>

---

\* Vice-Almirante. Director da Escola Naval.

## **A Península Ibérica: descrição geográfica**

A importância geoestratégica da nossa península deriva, em primeiro lugar, da sua posição geográfica, na encruzilhada de três continentes, dominando a entrada do mar Mediterrâneo e as rotas marítimas provenientes das Américas e da África.

Parafraseando o brigadeiro Cabral Couto, «...tendo em atenção o obstáculo dos Pirinéus, pode-se considerar a península e ilhas adjacentes como um grande arquipélago, onde se unem a Europa e a África, onde confluem o Mediterrâneo e o Atlântico; projectada no Mediterrâneo pelas ilhas Baleares e no Atlântico pelas ilhas das Canárias, da Madeira e dos Açores».<sup>2</sup> Segundo Vilá Valentí «... La Península aparece como algo periférico y marginal ai alargado mar, lejos de su centro, en un apartado límite... Una singular posición que sólo lo (las tierras ibéricas) presentan, a diferencia de todos los demás países meridionales de Europa».<sup>3</sup>

Dado que o mar liga, sem descontinuidades, os Estados ibéricos aos seus territórios insulares e, ainda, alguma afinidade geográfica existente entre as diferentes regiões peninsulares, o comandante Baptista Comprido afirma que a península Ibérica constitui, de facto, uma «unidade geográfica»<sup>4</sup>, embora haja ilustres geógrafos que partilhem opinião contrária e salientem a diversidade entre a meseta e as periferias.

## **Passado histórico**

A península Ibérica foi, desde há muito, habitada por povos com grandes afinidades culturais mas, também, com pronunciadas diversidades regionais, designadamente entre a meseta ibérica e as áreas periféricas. Os portugueses cedo se distinguiram dos outros povos peninsulares – mais tarde unificados sob o poder de Castela – pela sua luta por individualidade política própria.

Nas palavras de Jaime Gama, «Portugal é um país com oitocentos anos de história como Estado independente, construído no tríplice vértice do combate contra a presença muçulmana na Península, da autonomia e independência perante o centralismo de Castela e da sua expansão marítima».<sup>5</sup> Sobre isto diz Fernando Morán que «Portugal se ha definido históricamente como nación, no encontra de Espana, pero si teniendo en cuenta el hecho espanol. De ahí que su política de Estado haya comprendido siempre una dimensión extracontinental, atlántica. Ha sido siempre su regia de oro la alianza con la potencia marítima dominante ... ».<sup>6</sup>

Álvaro de Vasconcelos estabelece um paralelismo entre a evolução histórica dos

dois países ibéricos: «...Ambos construíram dois grandes impérios com base nas descobertas marítimas, enfrentaram as invasões napoleónicas, foram subjugados por regimes ditatoriais no século XX e agora paralelamente constroem a democracia e rompem o isolamento...».<sup>7</sup>

O passado histórico da península mereceu do general Munilla Gómez as seguintes reflexões: «Los dos países peninsulares han llevado a cabo acciones independientes y raramente concurrentes. Así, mientras España se encaminaba fundamentalmente hacia la orilla Norte de África y, en particular, hacia América, Portugal se dirigía especialmente hacia la India y las escalas intermedias en el continente africano».<sup>8</sup> «Aunque los dos países están dentro de um mismo espacio peninsular, existe una clara individualización de los dos Estados. Como características esenciales de Portugal se pueden destacar: su peculiar *offside position*; su vocación atlántica. Como características esenciales de España están: su continentalidad, su excesivo individualismo y su propensión a caer en fases de *aislamiento*».<sup>9</sup>

Este apontamento sobre o passado histórico da península permite chamar a atenção para a existência de elementos comuns de raiz mas, sem dúvida, de uma grande diversidade.

### **Diversidade peninsular**

A diversidade peninsular tem muito a ver com as características diferenciadas que os dois países ibéricos foram assumindo ao longo da sua história. Entre elas, a vocação atlântica e a vocação continental, e o desequilíbrio entre dimensões e poder dos dois países ibéricos merecem especial interesse.

Sobre a vocação atlântica ou continental, volto a citar o general Munilla: «...Hay que reconocer también la propia personalidad de la estrategia portuguesa, que es más fuerte de lo que a veces se considera. Si ello es así, creo que se debe en una buena parte a que en España han tenido siempre un peso excesivo los aspectos continentales, lo que se ha traducido en una excesiva preponderancia de la estrategia terrestre, mientras que en Portugal lo ha sido la marítima, de lo que es buena muestra lo que se considera como regla de oro de sus alianzas: estar al lado de la potencia marítima dominante en cada momento»<sup>10</sup>.

Álvaro de Vasconcelos completa este raciocínio afirmando que «é reconhecido que a Espanha tem uma vocação principalmente euro-afro-mediterrânica,

enquanto Portugal tem uma vocação quase exclusivamente atlântica. Mas não pode evidentemente negar-se à Espanha uma dimensão atlântica, reforçada pela necessidade de garantir ligações com o arquipélago das Canárias»<sup>11</sup>.

Quanto ao desequilíbrio entre dimensões e poder dos dois países ibéricos, Barahona Garrido descreve-o sumariamente nos seguintes termos: «Por su extensión, España se sitúa en segundo lugar en la lista por tamaño de los países europeos. Su población actual se acerca a los 38 millones de habitantes. Su potencial industrial la coloca en una 10.<sup>a</sup> posición mundial... España y Portugal, sin litigios territoriales ni de otro tipo se distribuyen este promotorio europeo, correspondiendo a nuestro país algo más de las 5/6 partes del territorio y las tres cuartas partes de la población total peninsular».<sup>12</sup> Para o general Munilla, «este desequilíbrio se ha traducido en que la reluctancia que a veces se observa por parte portuguesa haya influido poderosamente en que no exista una auténtica estrategia integrada».<sup>13</sup> Afirma ainda que «la experiencia ha demostrado con innegable claridad que los escasos períodos de la unidad entre los dos Estados peninsulares no han sido particularmente afortunados; y, es mas, sólo originaron conflictos y desconfianzas, que todavía perduran desgraciadamente en mayor o menor grado».<sup>14</sup>

Estas desconfianças e antagonismos são também atribuídos por B. Comprido «a projectos forçados e falhados de unificação política da península... contra o labor de várias gerações, que acabou por produzir culturas diferenciadas, embora paralelas...»<sup>15</sup>.

### **Complementaridade geoestratégica**

As questões colocadas permitem concluir que, para alcançar uma cooperação efectiva entre Portugal e Espanha, não é recomendável recorrer ao critério da comparação entre os poderes em presença, em particular os poderes militares dos dois países ibéricos, pois que ele viria favorecer sistematicamente o cooperante mais forte que é, sem dúvida, a Espanha.

A força militar espanhola não encontra qualquer equivalência nas forças armadas portuguesas. Reside aqui, aliás, um dos maiores desequilíbrios de poder e, simultaneamente, uma das nossas mais sérias vulnerabilidades no quadro da defesa comum. Por isso o comandante Virgílio de Carvalho pensa que Portugal «não poderá aceitar qualquer relacionamento de segurança com a Espanha no seio da NATO que

não seja ditado pelos respectivos potenciais e vocações específicas geoestratégicas e rejeitará qualquer relacionamento baseado nos respectivos poderes militares actuais»<sup>16</sup> e Álvaro de Vasconcelos afirma que «embora consciente de que a sua função geoestratégica é um poder em si próprio, Portugal, se não dispuser de um poder militar compatível com as necessidades da sua defesa nacional, ver-se-á totalmente dependente dos aliados para a sua segurança». Receia, portanto, que «os EUA e a Aliança atribuam à Espanha missões de segurança no espaço interterritorial português para as quais as forças armadas portuguesas não estão equipadas e que, por essa razão, não viesse a ser dada prioridade devida à modernização das forças armadas portuguesas».<sup>17</sup>

O problema da modernização é, de facto, de grande importância, sendo V. de Carvalho de opinião de que «a atitude mais correcta dos nossos amigos e aliados nesta questão seria antes uma compreensão efectiva de que Portugal precisa de desenvolver o seu poder militar por forma a adequá-lo à sua participação digna no que designa por componente atlântica da defesa europeia, garantindo com meios autónomos a segurança das suas posições e a presença na área oceânica própria...»<sup>18</sup>.

O esforço de modernização das forças armadas portuguesas sofreu recentemente um incremento apreciável, que nos dá a maior esperança de continuação no futuro. Refiro-me, em especial, à aquisição de três novas fragatas anti-submarinas e de três aviões de patrulha marítima P3 (*Orion*).

Estes meios, só por si, não representarão muito. Importante, porém, é frisar que a modernização arrancou realmente, com o apoio concreto e a compreensão dos nossos aliados, em particular os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha. Mas mais do que isso, o primeiro assinalável salto do esforço recentemente feito verificou-se na componente aeronaval do poder militar português, justamente em reforço do mais significativo e permanente conceito estratégico da defesa nacional que é, sem dúvida, para nós, a condição marítima e atlântica de Portugal.

Estabelecer um esquema de cooperação ibérica com base no poder militar actualmente existente é, portanto, inaceitável no pensamento estratégico português. Mas não só. A nível da Aliança Atlântica ele também não é predominante. Lembro, a título de exemplo, que para execução dos diferentes planos operacionais na área do IBERLANT, a NATO prevê a utilização de meios aliados nessa área oceânica, para reforço dos meios facultados por Portugal, a quem é

atribuída, a título permanente, a responsabilidade da acção.

No entanto, a desejável cooperação de Portugal e Espanha é bem possível de concretizar, em termos práticos, se, em vez de se favorecerem os desequilíbrios, se souberem conciliar as diversidades nacionais atrás analisadas, aproveitando-as em mútuo favor. Isto é, indo buscar à complementaridade geoestratégica dos territórios o reforço da defesa dos interesses de cada um dos países peninsulares.

Sobre a complementaridade e do lado português, diz-nos B. Comprido que «basicamente Portugal deve continuar a privilegiar a concentração natural de esforços no Atlântico, ao passo que a Espanha parece vocacionada para desempenhar um papel importante no flanco sul da Europa, em terra e no mar. Mas assim como a Espanha tem interesses no Atlântico, também Portugal tem interesses no território peninsular e no Mediterrâneo... A unidade estratégica peninsular só pode ser obtida por complementaridade e não por unicidade».<sup>19</sup>

Daí que V. Carvalho afirme que «Portugal não contesta, nem tal direito lhe assiste, a projecção atlântica da Espanha no quadro da NATO. Contesta sim (e fá-lo-á certamente com toda a firmeza) que ela se faça para o interior do seu espaço interterritorial».<sup>20</sup>

Do lado espanhol, a complementaridade é analisada pelo almirante Salgado Alba da forma seguinte: «Yo creo que es muy difícil comprender el papel de España en el Atlantico sin tener plena conciencia y cabal conocimiento del papel de nuestra hermana peninsular, Portugal, en el mismo oceano que fué, es y será, un espacio geoestratégico de cooperacion marítima hispanoportuguesa, dentro del principio de 'complementaridad en diversidad'... de las dos naciones ibéricas, atlánticas y mediterráneas».<sup>21</sup>

### **Esquemas de cooperação de defesa**

Caracterizada a península Ibérica, importa agora avaliar os esquemas de cooperação possíveis, no quadro atlântico ibero-africano.

A primeira questão é saber em que âmbito deverá processar-se o relacionamento entre Portugal e Espanha, tendo em vista o estabelecimento de esquemas de cooperação em matéria de defesa. Deverá ser um relacionamento bilateral ou multilateral?

Embora o relacionamento bilateral seja indispensável para a resolução de assuntos específicos, colhe-se a opinião geral, praticamente unânime entre espanhóis e

portugueses, de que essa cooperação deve decorrer a nível multilateral, nomeadamente no âmbito da Aliança Atlântica.

Aliás, o próprio Institute for Foreign Policy Analysis, Massachusetts, ao elaborar o seu relatório sobre um seminário realizado em Lisboa, em 1982, diz em certa altura: «In joining NATO, Spain like Portugal and other NATO allies, will have to grapple with a range of issues that go beyond problems unique to their interests and those of the Iberian Peninsula more generally».<sup>22</sup>

Do lado português, V. de Carvalho é de opinião de que a Portugal interessaria «poder passar a concertar as questões de segurança mútua com a Espanha no *forum* mais vasto da Aliança...»<sup>23</sup> e B. Comprido, referindo-se aos acordos bilaterais dos Estados Unidos com a Espanha, acha que eles «terão necessariamente que ser revistos em todos os domínios que possam interferir ou sobrepor-se aos esquemas militares, actuais ou futuros»<sup>24</sup> no âmbito da Aliança.

Enfim, o embaixador Siqueira Freire, ao referir-se ao relacionamento ibérico, chama a atenção para o facto, importante para Portugal, de «os enquadramentos multilaterais não (serem) desfavoráveis aos pequenos países, antes pelo contrário».<sup>25</sup>

Finalmente, a opinião emitida, do lado espanhol, pelo coronel Carreras Matas: «Portugal y Espana, si desean cooperar en la defensa europea, en la forma que se entiende esta cooperación, necesitan hacerlo dentro dei marco de la OTAN, que es donde unicamente se contraen estas responsabilidades y compromisos y existe la estructura y medios para convertir la cooperación em realidad».<sup>26</sup>

Assente que os esquemas de cooperação a desenvolver entre Portugal e Espanha se deverão processar no enquadramento geral da Aliança e no encontro da complementaridade geoestratégica dos dois países, haverá ainda que, neste contexto, atentar às ameaças nacionais que impendem sobre cada um dos Estados e, tal como diz Jaime Gama, às «questões que têm a ver com a partilha das funções entre os dois países na defesa aliada, quer na sua componente aérea, quer na sua componente naval, quer na sua componente terrestre».<sup>27</sup>

A Espanha teve, desde sempre, uma maior participação na vida do continente europeu que Portugal. A sua geografia e a sua história claramente o indicam. O almirante Salgado Alba, citando o estratega francês Castex, admite que Espanha tenha exercido, durante o reinado de Filipe II, o papel de «perturbador continental»<sup>28</sup> e o general Munilla acrescenta, comparando os países peninsulares, que «hemos ido por caminos muy distintos: nosotros por la via continental y vosotros por la oceánica».<sup>29</sup>

Sem dúvida que a participação espanhola na NATO vem complementar a segurança do nosso território. Ela vem na realidade reafirmar a garantia de segurança a Leste e, portanto, libertar Portugal da preocupação permanente da sua única fronteira terrestre. Tal segurança – e inerente tranquilidade – tem-nos aliás permitido tomar compromissos perante a NATO no reforço das forças convencionais terrestres na Europa, atribuindo-lhe, em caso de necessidade, uma brigada para intervenção no norte da Itália.

Em contrapartida, do ponto de vista espanhol, Portugal funcionará como um aliado a Oeste, o que lhe confere, entre outras vantagens, uma profundidade de defesa significativamente acrescida, se pensarmos na existência dos arquipélagos portugueses.

Aqui, novamente, a complementaridade geoestratégica oferece uma capacidade de coordenação tão útil quão indispensável, sendo de realçar a importância que assume para os dois países estabelecer ligações entre redes de alerta e controle aéreo. A integração no sistema de defesa aérea da NATO afigura-se como a solução mais indicada.

Entre as características estratégicas, quer do Atlântico Norte, no qual se situam os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, quer da entrada do Mediterrâneo, ressalta a extraordinária importância da situação das posições espanholas.

Muito já disse aqui sobre a vocação e o interesse de ambos os países peninsulares nessas áreas marítimas e sobre a necessidade do seu empenhamento por forma coordenada. Em qualquer delas, como diz Barahona Garrido, «cometidos de vigilância, control, lucha antisubmarina, escolta, etc., será imprescindible y esencial una estrecha cooperación de cometidos con las Fuerzas Aéreas y Navales de Portugal y de EE.UU... La modalidad de esta cooperación, la distribución de zonas de responsabilidad, la asignación de refuerzos o apoyos por parte de los demás miembros de la OTAN etc., corresponde definirlos con un criterio constructivo de diálogo político y estratégico que considere, englobe y armonice los intereses espanoles, portugueses y occidentales».<sup>30</sup>

V. de Carvalho: «...Os interesses de Portugal e da Espanha poderão conciliar-se com a consideração da complementaridade geoestratégica dos territórios. Para ser mais preciso, a vocação específica portuguesa, porque o território se projecta para meio do Atlântico e as rotas vitais de socorro tendem a passar ao seu alcance (ou mesmo pelo respectivo espaço interterritorial), está no apoio ao reforço da Europa a partir do Continente NorteAmericano; por outro lado, a vocação espanhola está principalmente

relacionada com o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, simultaneamente orientado para a bacia ocidental do Mediterrâneo, para a segurança do Flanco Sudoeste da Europa, e para a contenção de ameaças às ilhas Atlânticas».<sup>31</sup>

Os problemas de segurança do noroeste africano são de vital importância e interesse de Espanha. De tal forma que o almirante Salgado classifica o estreito de Gibraltar como «el corazón de la estrategia española» e que F. Morán considera que «España y Marruecos son una sola unidad estratégica».<sup>32</sup>

Portugal, embora menos ligado e mais distante deste cenário, está, contudo, cada vez mais integrado nesse espaço, que alguém já definiu, com propriedade, como «atlântico-mediterrânico». Por isso J. Gama afirma que, «na análise da problemática da segurança na área regional constituída por Portugal e pela Espanha... acrescentaria Marrocos, no contexto das relações transatlânticas».<sup>33</sup>

Assim, a síntese do esquema de cooperação possível nesta área é equacionada por A. Vasconcelos, quando diz: «Neste momento, a defesa do estreito em termos NATO é assegurada pelo GIBMED e pelo IBERLANT. No entanto... (tudo) aponta para que a Espanha venha a assumir o essencial da defesa de uma área compreendida entre o estreito e as Canárias, e Portugal a área do triângulo português, que constitui um espaço de retaguarda e reforço em relação àquele.

A Espanha encontra-se, pela proximidade das suas posições no Norte de África, numa posição de muito maior vulnerabilidade que Portugal; as posições portuguesas, menos vulneráveis e menos ameaçadas, constituem uma plataforma de socorro em relação às posições espanholas. Este quadro define a complementaridade estratégica dos dois Estados».<sup>34</sup>

## **Objectivos comuns**

As afinidades entre as posições espanholas e portuguesas permitem encarar uma futura cooperação no domínio da defesa da área atlântica e ibero-africana.

Para que essa cooperação seja real, positiva e possa ser realizada em tempo útil, terá que, em primeiro lugar, desenvolver-se um clima de confiança, cimentada no respeito mútuo das características tradicionais e históricas das duas nações.

«O problema político peninsular dos nossos dias já não se coloca em termos de perigos ou ameaças de expansão, mas sim em fórmulas de 'cooperação e amizade', alicerçadas numa mudança radical de mentalidade»<sup>35</sup>, diz B. Comprido. Afirma S.

Freire que, do lado português, «é necessário abandonarmos a tendência para considerar a priori que tudo o que é de interesse espanhol seria, em princípio, contra o interesse português! O grande objectivo comum deverá ser a busca de convergências possíveis, com base na análise objectiva das situações concretas».<sup>36</sup>

Por outro lado, terá que haver, de facto, vontade de cooperar. De cooperar com pragmatismo, segundo A. Vasconcelos, «através da resolução judiciosa dos conflitos de interesses que vão surgindo e já surgiram... conflitos que também surgem e surgirão com outros Estados nossos aliados e não são uma especialidade das relações entre Portugal e Espanha».<sup>37</sup>

Assim, as questões da defesa deverão ter resolução a nível multilateral, no âmbito da Aliança Atlântica, tirando partido da inegável afinidade geográfica dos dois países ibéricos.

Os acordos bilaterais de defesa a celebrar entre eles, ou entre eles e terceiros países – nomeadamente os EUA – deverão buscar igualmente enquadramento nos compromissos assumidos no âmbito da Aliança Atlântica.

A Espanha, os EUA e a Aliança deverão reconhecer que a modernização das forças armadas portuguesas é indispensável para a segurança colectiva e que o equilíbrio regional de defesa passa necessariamente pela contemplação deste factor.

Os esquemas de cooperação de defesa a estabelecer em todo o espaço atlântico e ibero-africano circundante deverão ter em consideração a complementaridade geoestratégica dos dois territórios:

- Portugal, no reforço da Europa a partir dos EUA e na segurança dos seus arquipélagos e da entrada no Mediterrâneo, actuando no seu triângulo estratégico continente-Madeira-Açores.

- Espanha, actuando no eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, simultaneamente orientada para a bacia ocidental do Mediterrâneo, para a segurança do flanco sudoeste da Europa e para a contenção das ameaças às suas ilhas atlânticas.

Portugal e Espanha deverão ter em consideração que a sua segurança, embora em diferentes graus, depende da estabilidade no norte de África e, portanto, deverão estabelecer esquemas de cooperação nessa área que lhes garantam relações pacíficas e de boa vizinhança com o reino de Marrocos.

## **Notas**

*Seminários e conferências promovidas pelos IEEI e IEEE cuja documentação constitui*

*bibliografia deste trabalho*

- Seminário *Portugal, a Espanha e as relações transatlânticas*, Lisboa, 10/12 de Maio de 1982.
- III Conferência Internacional de Lisboa: *A Europa perante novos desafios. Defesa e integração*, Lisboa, 24/26 de Outubro de 1983.
- Conferência *Portugal y España ante Europa*, Madrid, 12/14 de Junio de 1985.
- V Conferência Internacional de Lisboa: *Cooperação europeia: Que futuro?*, Lisboa, 27/29 de Outubro de 1985.
- <sup>1</sup> Fernández Ordóñez – «Espana ante la CEE», in *Estratégia*, n.º1, p. 18.
- <sup>2</sup> Cabral Couto – *Portugal, a Espanha e a Segurança Atlântica. Um ponto de vista português.*, p. 36.
- <sup>3</sup> Vilá Valentí – «La Península Ibérica».
- <sup>4</sup> Baptista Comprido – «O espaço estratégico peninsular», p. 61.
- <sup>5</sup> Jaime Gama – Discurso de encerramento do seminário patrocinado pelo IEEI – «Portugal, a Espanha e as relações transatlânticas», p. 82.
- <sup>6</sup> Fernando Morán – *Ibid*, p. 101.
- <sup>7</sup> Álvaro de Vasconcelos – «A modernização das forças armadas portuguesas, a Espanha e a NATO», p.76.
- <sup>8</sup> Eduardo Munilla Gomez – «Introduccion a la estrategia militar espanola», Coleccion Adalid, p. 55.
- <sup>9</sup> E. Munilla – «Las relaciones estratégicas entre España y Portugal y la defensa de Occidente», p. 26.
- <sup>10</sup> E. Munilla – «La contribucion de Espana a la seguridad europea (OTAN Y CEE)», p. 14.
- <sup>11</sup> A. Vasconcelos – *Opus cit*, p. 74.
- <sup>12</sup> Abel Barahona Garrido – «Espana y la Seguridad Euro-atlántica», p. 19.
- <sup>13</sup> E. Munilla – «Introduccion a la estratégia ...» , p. 61.
- <sup>14</sup> *Ibid*, p. 100.
- <sup>15</sup> B. Comprido – *Opus cit.*, p. 61.
- <sup>16</sup> Virgílio de Carvalho – «Portugal, a Espanha e a solidariedade atlântica», p. 43.
- <sup>17</sup> A. Vasconcelos – «O extremo ocidental europeu na segurança ocidental», p. 27 e 29.
- <sup>18</sup> V. Carvalho – *Opus cit.*, p. 44.
- <sup>19</sup> B. Comprido – *Opus cit.*, p. 64.
- <sup>20</sup> V. Carvalho – *Opus cit.*, p. 46.
- <sup>21</sup> Salgado Alba – In *Revista General de Marina*, Mayo 86, p. 684.
- <sup>22</sup> IFPA, – *Portugal, Spain and transatlantic relations: a conference report*, p. 98.
- <sup>23</sup> V. Carvalho – *Opus cit.*, p. 42.
- <sup>24</sup> B. Comprido – *Opus cit.*, p. 62.
- <sup>25</sup> Siqueira Freire – «Portugal entre o mar e a terra», in *Estratégia*, n.º 2, p. 18.
- <sup>26</sup> N. Carreras Matas – «Portugal y Espana en el marco de la defensa europea; punto de vista espanol», p. 4.

<sup>27</sup> J. Gama – *Opus cit.*, p. 81.

<sup>28</sup> Salgado Alba – «Cooperacion europea y relaciones interaliadas. Aspectos marítimos», p. 4.

<sup>29</sup> E. Munilla – «Las relaciones estratégicas entre Espana y Portugal y la defensa de Occidente», p. 11.

<sup>30</sup> B. Garrido – *Opus cit.*, p. 27.

<sup>31</sup> V. Carvalho – *Opus cit.*, p. 45.

<sup>32</sup> F. Morán – *Opus cit.*, p. 100.

<sup>33</sup> J. Gama – *Opus cit.*, p. 80.

<sup>34</sup> A. Vasconcelos – «O extremo Ocidental europeu na segurança ocidental», p. 13.

<sup>35</sup> B. Comprido – *Opus cit.*, p. 62.

<sup>36</sup> S. Freire – *Opus cit.*, p. 18.

<sup>37</sup> A. Vasconcelos – «A modernização das forças armadas portuguesas, a Espanha e a NATO», p. 77.